



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA DE FRANCA – 11 DE AGOSTO DE 2017.

Aos onze dias do mês de agosto de 2017 às nove horas e vinte e quatro minutos, no Auditório da Secretaria de Ação Social - Avenida Champagnat, 1750 – Centro, teve início a Nona Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Condição Feminina de Franca. Estiveram presentes na reunião treze (13) conselheiras sendo cinco (5) do poder público e oito (8) da sociedade civil, com as seguintes **Conselheiras Titulares:** Priscila Aparecida de Castro Miras, Eliane Lemos, Teresa Cristina Marcos Rubim, Aline Ferreira Souza, Wilma Yara Moraes Pereira, Roberta de Assis Freitas Paulino Dias, Rosa Maria Mota de Jesus, Adelita Monteiro, Larissa Cristina Bedo. **Conselheiras na Titularidade:** Marília Angélica Martins e Ana Claudia Koenig. **Conselheiras Suplentes:** Tânia Souza de Oliveira, e Stella Santana Lima. Estava presente na reunião uma convidada: Vera Lúcia P. Ferreira. **Com a seguinte pauta: I - Expediente: A) – Verificação de quorum e registro das presenças; B) – Apresentação das justificativas das Conselheiras ausentes; C) - Aprovação da pauta; D) - Informes Gerais; F) Aprovação da ata da 8ª Reunião Ordinária do CMCF e Ata da Assembleia Eleitoral. II Ordem do Dia: 1 – Discussão sobre definição de alteração ou manutenção das datas e horários das reuniões ordinárias; 2 - Discussão e encaminhamentos sobre situação ocorrida com uma munícipe em Unidade de Pronto Atendimento de Saúde – UPA ; 3 – Continuação da discussão sobre Projeto de Lei de Alteração da Lei do CMCF .** Após a verificação do quórum e do registro das presenças, a Presidente Adelita iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência das conselheiras Kátia Cristina S. Morickochi e Júlia Carvalho Rodrigues, por motivos de trabalho; solicitou que as novas conselheiras eleitas em assembléia eleitoral ou nomeadas pelo poder público se apresentassem. A Pauta foi aprovada e assim passou-se para os Informes Gerais e aberta à palavra todas as conselheiras. A Secretária Executiva Maria Amélia informou que no dia sete (07) de agosto completou onze (11) anos da Lei Maria da Penha, e que o site Instituto Maria da Penha possui vários dados quanto à violência doméstica contra mulheres, destacando o quanto é importante as conselheiras se apropriarem disso. Informou também que no Jornal Comércio da Franca foi publicada uma notícia de que em Franca, somente no mês de Julho de 2017, 42 mulheres foram vítimas de violência doméstica. A conselheira Priscila acrescentou que um desses casos chegou a feminicídio na região sul de Franca, e que a desigualdade de gênero, bem como, a violência é um assunto que deve ser sempre que possível discutido. Rosa também comentou acerca de um dos casos. A Secretária Executiva Maria Amélia complementou dizendo que trouxe esse informe para o



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

32 Conselho pensar em uma proposta ou ação nesse sentido de combate a violência doméstica, visto o
33 grande índice de violência contra a mulher em Franca. A conselheira Eliane acrescentou que o
34 trabalho de base nos órgãos públicos nos bairros, no sentido de orientação e conscientização, faz toda
35 diferença. A conselheira Stella sugeriu uma parceria com o Movimento Feminista de Franca e Ana
36 Krauss relatou que participa do grupo Maria Bonita do Mulheres do Brasil, que é um grupo que
37 discute violência contra a mulher. Informou que no dia dezessete de agosto acontecerá um evento em
38 São Paulo sobre a Lei Maria da Penha, deixando o convite ao conselho. Relatou que a van orçada
39 pelo grupo como transporte para o evento ficou em \$1400,00, e que esse valor seria dividido entre as
40 aquelas que vão ao evento. Stella questionou como fazer parte do grupo. A conselheira Roberta
41 acrescentou que mulheres do Brasil é um grupo nacional em prol das mulheres, que assim como
42 outro grupo, possui normas e regras. É um grupo que possui diversas ramificações em que as
43 participantes vão agregando os grupos conforme sua identificação, cada ramificação com a sua
44 autonomia e seu ritmo. Ana Krauss disse que colocará no grupo do whatsapp mais informações sobre
45 o evento. Maria Amélia relatou que esses eventos são fundamentais e devem ser encaminhados e
46 discutidos antecipadamente, para que o Conselho tente viabilizar a participação das conselheiras
47 através dos fundos da Ação Social destinado ao CMCF. A presidente propõe para a comissão de
48 eventos se reunir e já começar a desenvolver algo sobre a violência contra mulher. Maria Amélia
49 trouxe outro informe, agora sobre a campanha da Uni-facef em parceria com a Ação social intitulada:
50 “Não dê esmola: um não que transforma. Conheça o outro lado da moeda.” Relatou que este informe
51 também foi apresentado ao Conselho de Assistência Social - CMAS, porém não ocorreu uma
52 discussão prévia com o CMAS sobre os objetivos e o foco da campanha e que não há evidências de
53 que foi discutida com a equipe de profissionais que atuam com a população em situação de rua, desta
54 forma ocorreram alguns questionamentos e críticas quanto à mesma. Disse que presume-se que foi
55 uma ação proposta pelo antigo Secretário da Ação Social, Edgar Ajax, em conjunto com a Unifacef.
56 Relatou ainda, que a grande crítica que se faz refere-se a incompletude da campanha até porque o
57 problema não seria resolvido apenas com o ato de não dar esmolas. A conselheira Wilma apontou
58 que existem muitas pessoas em situação de rua que não são de Franca. Maria Amélia contrapôs
59 dizendo que nem todos são de outras cidades, que tem pessoas de Franca, e que existem políticas
60 para o atendimento a essas pessoas em situação de rua. Roberta contribuiu com o debate apontando
61 que antigamente existiam políticas de repressão a essa população, mas que a Defensoria entrou
62 contra essas ações. A conselheira Rosa acrescentou uma situação que visualizou. Sra Priscila



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

63esclareceu que existem as políticas de atenção as pessoas em situação de rua que estão na situação de
64itinerante, e que o Estado de São Paulo deveria construir esses serviços regionalizados entre as
65cidades, no caso Centro Pop regionalizado, para aquelas cidades que não tem porte para a atenção a
66população em situação de rua. Ana Krauss apontou que pode ser pensado algo acerca da mulher em
67situação de rua. Larissa ressaltou que o mais interessante seria propor uma reunião com a equipe
68profissional que trabalha com as políticas destinadas às pessoas em situação de rua, para então
69elaborar propostas de atenção as mulheres em situação de rua, no sentido de consultá-los e agregá-los
70não desqualificando o trabalho desses profissionais. Como encaminhamento o Conselho enviará um
71ofício ao Centro Pop para marcar uma reunião. Stella informou que esteve na DDM e que em
72conversa com a Ana Paula disse que a delegacia está de portas abertas para reuniões do CMCF no
73local. Adelita ressaltou que seria interessante realizar reuniões descentralizadas nos órgãos públicos a
74fim de conhecer diversas políticas. Esse assunto ficará incluso como pauta para a próxima reunião.
75Informes encerrados passou-se para a aprovação da Ata da 8º reunião do Conselho. Ata aprovada.
76Passou-se para a Ordem do Dia, a mudança de horário das reuniões. Maria Amélia informou que
77poucas conselheiras responderam a enquete enviada por e-mail e que deveria ser resolvido na
78reunião. Larissa apontou que a participação da sociedade civil nas reuniões vem sendo discutido e
79por isso foi reinserido na discussão por não ser um horário acessível. Houve votação em que decidiu-
80se por manter as reuniões nas sextas-feiras às nove horas da manhã. Larissa sugeriu que alguma
81comissão discuta em como o Conselho vai garantir a participação da sociedade, nos espaços das
82reuniões e das discussões, para que o torne minimamente acessível. Maria Amélia diz que isso
83poderia ficar a cargo da comissão de divulgação. Assunto encerrado passou-se para a discussão
84ocorrida na UPA. Larissa discorreu brevemente o fato informando que visualizou na internet, na
85Plataforma Facebook, em um dos grupos de Franca um vídeo em que uma mulher após bastante
86tempo sem atendimento na unidade de saúde entrou em conflito com os profissionais da UPA
87(provavelmente do Jardim Aeroporto) na qual foi acionado a Polícia Militar, onde dois policiais a
88arrastou bruscamente para fora da unidade de pronto atendimento e a levou para a delegacia no
89camburão sem o atendimento devido. Relatou que é um vídeo curto e que mostra somente a parte da
90mulher sendo arrastada para fora do estabelecimento. Fez a proposta de que se encaminhe um ofício
91para a secretaria de saúde pedindo devidos esclarecimentos do fato e a Polícia Militar pela postura
92contra uma cidadã que visivelmente não aparentava nenhum perigo ao ponto de ser arrastada por
93dois policiais para o camburão de uma viatura, e que esse ofício seja encaminhado também ao



CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

94Ministério Público. Roberta apontou que temos o poder de fiscalização, nossa obrigação é
95encaminhar para os veículos disponíveis, que neste caso o mais preciso seria encaminhar direto para
96 Ministério Público, a fim de que investigasse legalmente o que de fato houve. Por consenso,
97decide-se por uma representação direta ao Ministério Público e acompanhamento do Conselho.
98Roberta se disponibiliza a realizar a representação e Larissa a auxiliá-la fornecendo o vídeo gravado
99em um DVD. Passou-se para a próxima pauta, continuação da alteração da Lei do Conselho. Maria
100Amélia informou as novas conselheiras que passou a lei do CMCF e o projeto de alteração por e-
101mail. Discute-se sobre a inclusão da indicação democrática na Lei do Conselho. Roberta considera
102que a Lei tem que ser objetiva, e que questões como “formas de aplicação da indicação” seria
103matéria para o Regimento e edital de convocação. Adelita coloca que não vê grandes problemas em
104colocar isso em Lei, que seria no sentido de prevenir. Como não houve consenso, votou-se pela não
105aplicação da premissa na Lei. A discussão parou no 5º parágrafo da Lei. Sem mais assuntos a tratar, a
106reunião foi finalizada às onze horas e trinta e um minutos e a presente ata foi lavrada pela
107Representante da Sociedade Civil do CMCF, Larissa Cristina Bedo, sendo anexada a lista de
108presença.

109

110

111

112

113

114